



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Karl Kautsky e o triunfo do MAS na Bolívia			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Guilherme Simões Reis	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ / Observatório Político Sul-Americano	Uni Rio / IESP-UERJ / OPSA	Professor / Doutorando / Pesquisador
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A trajetória do Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales até a vitória nas eleições presidenciais e legislativas de 2005 na Bolívia representou um fenômeno muito semelhante àquele que Karl Kautsky previa em seus estudos, a despeito da recorrente ênfase analítica em sua especificidade indígena. Salvo pelo fato de a estrutura social ser predominantemente rural e o MAS ter suas bases mais concentradas entre os camponeses, sua trajetória, como centro de gravidade da oposição na arena institucional à política dos partidos burgueses, e em alianças breves e pontuais – como aquela que realizou com o presidente Carlos Mesa –, até sua vitória esmagadora nas urnas se enquadram no modo como Kautsky pensa a ditadura do proletariado e a luta de classes. A adesão masista ao jogo eleitoral se deu conforme defendia Kautsky, que via a opção pelos meios legais e pacíficos como um meio preferencial para levar adiante a revolução social, justamente por emancipar os trabalhadores ao invés de tutelá-los. O alto nível de organização dos camponeses e operários na Bolívia contribui para que não haja tutela, uma relação de cima para baixo. Não é exagero afirmar que a eleição de deputados do MAS alterou a natureza da política parlamentar, com a atuação de índios camponeses, antes sequer detentores de plenos direitos cidadãos, em igualdade de condições com os políticos dos partidos tradicionais. A conquista de cada vez mais eleitores, até atingir a maioria absoluta, seria consequência do amadurecimento dos trabalhadores para o socialismo, já não mais hostis a ele.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Kautsky; Movimento ao Socialismo (MAS); partido			
ABSTRACT			
<p>The path of Evo Morales's Movement towards Socialism (MAS) until winning presidential and legislative elections in 2005 in Bolivia represented a phenomena quite similar to the one Karl Kautsky foresaw in his studies, despite the recurrent analytical emphasis in the party's indigenous specificity. Except for the fact that the societal structure is mostly rural and that MAS has its core supporters in the peasantry, its path can be viewed in the way Kautsky thinks the dictatorship of proletariat and the class struggle in its different moments: as the center of gravity in the institutional arena of the opposition to the bourgeois parties' politics; in brief and ad hoc alliances as the one agreed with president Carlos Mesa; until its smashing victory inside the ballots. MAS's adherence to electoral politics has happened the way Kautsky advocated for, as he considered the option for the pacific and legal means as the preferable mean to go ahead with social revolution, exactly because it would emancipate the workers instead of being a tutelage. The high level of organization of peasants and workers in Bolivia contributes not to exist tutelage, top-down politics. That is not exaggeration to say the election of representatives from MAS changed the nature of parliamentary politics, as peasant indians, which did not have full citizenship rights before, from that on had equality of conditions relatively to the politicians from traditional political parties. The increasing voter support for MAS until the party achieved majority would be a consequence of the ripe for socialism, as the workers would not be hostile to it anymore.</p>			
KEYWORDS			
Kautsky; Movement towards Socialism (MAS); party			

Não queremos mudar a Bolívia com bala, mas com voto, e essa é a revolução democrática.

Evo Morales, no discurso de posse em 2006

Karl Kautsky era o líder do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e importante formulador teórico da social-democracia. Foi duramente criticado por Lenin (1979), seu ex-admirador, que passou a rotulá-lo como “renegado”, acusado de defender a “democracia burguesa”, após atacar o autoritarismo do regime soviético. Sem jamais romper com a leitura marxista, Kautsky a interpretou de modo a valorizar a democracia representativa como arena para a luta de classes. Sua versão do marxismo foi derrotado no debate de ideias para os leninistas no campo da esquerda e, ignorado fora dele, perdeu influência como autor importante para a interpretação da disputa política e da plataforma socialista.

Na Bolívia, o autodenominado “instrumento para a soberania dos povos” Movimento ao Socialismo (MAS), após obter sucesso nas mobilizações populares contra as reformas neoliberais, conseguiu se aproveitar da ruptura do sistema partidário estabelecido para se infiltrar na política institucional e em curto período de tempo assumir o controle do governo nacional sob a liderança do ex-sindicalista aimará Evo Morales. O fenômeno tem sido interpretado, com proveito, pela ótica dos movimentos sociais e do indigenismo, ou, de forma preconceituosa, pelo enquadramento no rótulo “populista” em oposição à “esquerda responsável”.¹

Este artigo busca resgatar o renegado marxista para produzir uma leitura original do triunfo do MAS. Feitas algumas necessárias ressalvas, o modo como Kautsky previa e defendia o avanço socialista tem na vitória do partido² boliviano majoritariamente indígena e camponês um caso que se enquadra como poucos. É isso o que se pretende argumentar.

¹ O MAS é freqüentemente apontado como um caso de populismo, seguidor dos passos do venezuelano Hugo Chávez, o “populista” por excelência (Castañeda, 2006; Lanzaro, 2006 e 2007; Luna, 2007; Panizza, 2006; Seligson, 2007). Weyland (2009) apresenta o MAS como um movimento populista e antissistema, que trabalhou para destruir a governabilidade. Para uma crítica a esses “autores das duas esquerdas”, ver Reis e Vieira (2009).

² Harnecker e Fuentes (2008), Silva (2009), entre outros autores, dão demasiada importância à discussão se o MAS é um partido político ou um “instrumento político”. A utilização do termo “partido” é evitada por seus próprios membros meramente para que o MAS se diferencie das demais agremiações partidárias, que enfrentam grave crise de legitimidade e impopularidade. O MAS funciona efetivamente como um partido político, voltado para governar, implementar um determinado programa de políticas públicas, representar seu eleitorado. É menos centralizado do que um partido comunista, por certo, mas provavelmente mais unificado do que muitos partidos de massa *catch-all*.

A adesão à democracia representativa e eleitoral

Kautsky defendia a adesão ao sistema representativo e eleitoral e, inclusive, o respeito pela existência e atuação de partidos adversários, burgueses, mas considerava inaceitável uma composição com eles. Para ele, o proletariado deveria atuar na democracia como oposição, até que, maduro e numeroso o suficiente, fosse capaz de atingir a maioria no parlamento e, então, levar adiante a “revolução social” (Salvadori, 1982; Waldenberg, 1982). A ideia de “revolução”, aí, está dissociada tanto de violência como de rapidez, e diz respeito apenas à profundidade da transformação (Przeworski, 1989; Manin, 1989).

Conforme observa Salvadori (1982), Kautsky mudaria de opinião quanto aos governos de coalizão, defendidos por ele abertamente em seu *A revolução proletária e seu programa*, publicada em 1921, três anos depois de *A ditadura do proletariado*. Entretanto, em quase todo o período de maior influência intelectual do autor, ele defendeu uma adesão pacífica à democracia liberal sem qualquer concessão política aos burgueses, encarando as eleições e disputas parlamentares como uma arena preferencial da luta de classes. Por isso, ele se opunha a alianças com os partidos burgueses, salvo em casos excepcionais e em períodos breves. Parcerias dos proletários com camponeses e intelectuais eram bem-vindas, mas não poderiam implicar qualquer alteração no programa do partido social-democrata.

Salvo pela maior presença camponesa do que fabril, a gênese do MAS muito se assemelha ao que queria Kautsky. Se os trabalhadores forem compreendidos de um modo mais amplo, incluindo-se nessa categoria outros grupos de trabalhadores que não o operariado, a abordagem kautskiana se enquadra bastante ao caso do MAS, que foi o partido pelo qual eles utilizaram a via parlamentar e institucional como arena para a luta de classes. O fato de Kautsky perceber os camponeses como atrasados e considerar as alianças com eles como necessariamente subordinada a uma liderança do operariado se deve à ênfase de autores marxistas clássicos neste grupo específico de trabalhadores, que fazia sentido em sua época, mas hoje deve ser expandida.

Efetivamente, no MAS, há uma supremacia justamente dos camponeses indígenas, ainda que o partido tenha componentes do sindicalismo urbano. Como observado em Harnecker e Fuentes (2008), freqüentemente o MAS inclusive se põe contra grupos marxistas do país, que tendem a fazer uma aplicação direta de conceitos como o da vanguarda do proletariado, sem adaptá-lo à realidade específica do país. Desde sua fundação, o MAS teve uma participação muito mais significativa de sindicatos rurais do que urbanos, ainda que estes também tenham estado presentes.

A Bolívia é um país pouco industrializado, sendo natural que sindicatos de camponeses viessem a ter maior proeminência. Isso especialmente depois do esvaziamento da mineração, a partir das reformas desestatizantes dos anos neoliberais, que levaram muitos mineiros a migrar para

a agricultura, notadamente para o cultivo da coca, levando para lá sua experiência organizacional³. Além disso, o sindicalismo urbano representado pela COB não apenas tendia a menosprezar a relevância dos movimentos camponeses como muitos de seus líderes estavam cooptados pelo governo (Harnecker e Fuentes, 2008: 47-48). Em 1996, eleito presidente da Coordenação das Seis Federações do Trópico de Cochabamba⁴ – cargo que manteria por dez anos –, Evo Morales reivindicou maior presença camponesa na direção da COB, que mantinha um peso desproporcional para mineiros e trabalhadores de fábrica apesar da crise de seus setores (Sivak, 2008).

Já se falava em criar um “instrumento político” dos camponeses indígenas, ainda que de forma vaga, desde 1987, em um congresso da Central Operária Boliviana (COB), como observa Santos Ramírez (Harnecker e Fuentes, 2008: 70), que já foi presidente do Senado pelo MAS. Na sessão da Assembleia dos Povos Originários, realizada em 1992, a criação do “instrumento político”, um partido que pudesse garantir seus acordos com o governo, foi defendida por Evo Morales, contra a posição do grupo indígena radical chamado katarista, que, em defesa da autodeterminação dos povos indígenas, se opunha a qualquer tipo de participação sob as regras de um Estado que ainda considerava colonial e colonizador (Sivak, 2008).

A “primeira” fundação do MAS, sob o nome de Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), no entanto, ocorreu apenas em 1995, no I Congresso sobre Terra, Território e Instrumento Político. Este evento contou com a participação de sindicatos de camponeses, de parte da Central Operária Boliviana (COB) e outras associações indígenas e de trabalhadores urbanos, com o objetivo de se representar essa expressiva parcela da população dentro da democracia eleitoral parlamentar. As principais organizações presentes no evento eram a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB)⁵, a Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), a Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia “Bartolina Sisa” (FNMCB-BS) e a Confederação de Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB), além de parte da Central Operária Boliviana (COB).

³ O Decreto 21.060, de 1985, emitido no governo Paz Estenssoro no auge do neoliberalismo, abriu o país para a livre importação, a economia para a iniciativa privada nacional e estrangeira e flexibilizou as contratações (Harnecker e Fuentes, 2008: 42). Visava ao desmonte do Estado desenvolvimentista, além da estabilização monetária, para controlar a hiperinflação. Ele levou à privatização de várias empresas estatais pequenas, além da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol) (Guimarães, Domingues e Maneiro, 2005). Assim, o documento, de autoria do economista estadunidense Jeffrey Sachs, resultou no fechamento de várias minas, com 25 mil mineiros desempregados precisando migrar para outros setores, como o agrário (Gutierrez e Lorini, 2007). Grande parte passou a plantar coca, como foi o caso do próprio Evo Morales, no Chapare, província rural no norte da região de Cochabamba. O MAS tentou reverter o Decreto 21.060, propondo um projeto de lei ainda enquanto estava na oposição, mas este não foi aprovado (Harnecker e Fuentes, 2008: 46).

⁴ A Coordenação das Federações do Trópico do Chapare foi formada em 1992 e abrangia as seis federações sindicais camponesas de cocaleiros do Chapare, no departamento de Cochabamba.

⁵ Silva (2009) aponta a CSUTCB, fundada em 1979, como grande responsável pela autonomia política e identitária do sindicalismo camponês e indígena em relação aos partidos de esquerda tradicionais e ao movimento sindical urbano representado pela COB.

Stefanoni (2010: 8) observa que houve ainda várias ONGs – algumas vinculadas à Igreja Católica – que tiveram influência decisiva para a formação do MAS, por organizarem oficinas e congressos camponeses que viabilizaram a articulação dos sindicatos e organizações indígenas. Entre elas estavam o Instituto Politécnico Tomás Katari, o Centro de Investigación y Promoción del Campesinado, a Unitas, a Asociación de Instituciones de Promoción y Educación e a Fundación Aclo, além do Centro de Estudios Jurídicos e Investigación Social, do qual participaram ministros do atual governo.

O líder da nova agremiação era Alejo Véliz, enquanto Evo Morales era o segundo em importância hierárquica. A Corte Nacional Eleitoral (CNE) se recusou a aceitar o registro da ASP. Mesmo assim, os sindicatos dos produtores de folha de coca lançaram candidatos a deputado em 1997, concorrendo pela frente Esquerda Unida (IE), que reuniu várias siglas, encabeçadas pelo Partido Comunista Boliviano (PCB). A IE elegeu quatro representantes, todos por Cochabamba, entre eles Morales, que estreou no parlamento como o mais votado entre todos os que se candidataram por distritos uninominais em todo o país, com 70% dos votos. Véliz não se elegeu e acusou Morales de fazer contrapropaganda, expulsando-o da ASP. A maioria das bases, no entanto, ficou ao lado de Morales, criando ainda em 1997 o Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP). Naquele mesmo ano, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) convidou Morales para ser o vice na chapa para presidente, encabeçada por Juan Carlos Durán Saucedo; o sindicalista recusou afirmando não ser traidor como o também aimará Victor Hugo Cárdenas, fundador do katarismo que era vice do então presidente Sánchez de Lozada, líder do MNR (Sivak, 2008).

Um dos partidos que participaram do pleito de 1997 pela Esquerda Unida foi o MAS-U, uma dissidência – liderada por David Añez Pedraza e autodenominada de esquerda – da fascista Falange Socialista Boliviana. Añez cedeu aos movimentos sociais a personalidade jurídica do MAS-U, apresentando-se como seu presidente apenas formalmente, para evitar nova recusa por parte da Corte Nacional Eleitoral. O U do nome se referia a Oscar Únzaga, líder histórico da Falange e ideologicamente fascista, ainda que tido como um progressista por esse grupo à esquerda. O grupo do IPSP, então, exigiu retirar a referência a Únzaga, o que foi aceito pelos ex-falangistas, que queriam participar da IE. Em congresso, o partido trocou oficialmente os princípios do MAS-U pelos do Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP), passando a se chamar IPSP-MAS. Sob liderança de Morales, o partido foi mais tarde rebatizado como MAS-IPSP (Pinto e Navia, 2007; Harnecker e Fuentes, 2008).

A luta de classes

Kautsky julgava que as conquistas de benefícios para a classe trabalhadora deveriam advir da pressão política exercida por ela, e não de acordos; as reformas, portanto, seriam bem-vindas e

importantes, não prejudicariam a “revolução social”, mas não deveriam decorrer de nenhuma concessão além da mera aceitação da legitimidade da democracia representativa. O objetivo final, no pensamento de Kautsky, era a completa transformação da sociedade após a conquista do poder por meio de uma vitória esmagadora nas urnas, que era como ele definia a “ditadura do proletariado”.

Não há em Kautsky um abandono da ideia de derrubar o capitalismo e de substituí-lo pela ordem de produção socialista, mas o autor vê na democracia representativa um meio eficiente de atingir tal objetivo – que *necessariamente* viria a ocorrer, de acordo com sua teoria determinista –, ainda que de forma lenta, sem desperdício de forças. Como a vitória eleitoral seria inevitável, a introdução do sistema socialista de produção também seria, e o uso da máquina de governo apenas evitaria um desnecessário desperdício de tempo e energia (Kautsky, 1971: 191). Aí está um elemento-chave da defesa da democracia por Kautsky: no absolutismo e na revolução, as classes lutam no escuro, pois não há liberdade de imprensa nem sufrágio universal, não sendo nem o governo nem os revolucionários cientes de sua força, e estando ambos expostos aos perigos de superestimar sua força ou, após alguma derrota pontual, de subestimá-la. As instituições democráticas são a válvula de segurança da sociedade (Kautsky, 1964: 35). Como observa Manin (1989), a oposição que marca a diferença entre a cultura social-democrata pacífica e a leninista violenta é a do curto e do longo prazo.

De acordo com Kautsky (1964: 36), não é verdade que o proletariado deixa de ser revolucionário na democracia e renuncia à ideia de revolução social e política e se satisfaz com a expressão de sua indignação e sofrimento. Não mudam os antagonismos de classe, apenas a revolução torna-se desnecessária, pois os dois lados sabem bem o seu poder: as classes ascendentes não dão um passo maior do que as pernas e as classes dirigentes reconhecem quando não têm como se recusar a fazer concessões. A direção da evolução não muda, mas ela se torna mais lenta e constante.

Kautsky sustenta, o que já observara Marx, que determinados costumes e instituições tornavam possível que os trabalhadores atingissem o seu objetivo pacificamente, mas isso não ocorreria em todos os países. A transição para o socialismo certamente seria muito diferente em um país com histórico de democracia e de direitos conquistados e em outro país com despotismo militar e costume de uso da força contra as massas. O dito método pacífico de luta de classes, confinado a métodos não-militares, greves, parlamentarismo, demonstrações, imprensa e outros meios de pressão, mantém importância em todos os países de acordo com a efetividade das instituições democráticas que nelas prevalecem, o grau de ilustração política e econômica e a independência do povo. Em todos os lugares onde a democracia estiver estabelecida, a revolução poderá ocorrer por pacíficos meios econômicos, legais e morais, em vez de pela força física (Kautsky, 1964: 37-38).

Kautsky (1964: 8) observa que tentativas da classe dirigente de anular à força as vitórias democráticas das classes ascendentes não prova que a democracia não tenha valor para o proletariado; na verdade, isso mostra justamente que aquela teme as conseqüências da democracia. E sua violência não seria nada além da subversão da democracia, de modo que não só ela não é inútil para o proletariado como deve ser protegida por ele com unhas e dentes. Apresentar a democracia para o proletariado como sendo um ornamento inútil apenas o desincentiva a defendê-la com força. É preciso, sim, que o povo defenda seus direitos políticos com tanto vigor que, se o outro lado se aventurar a destruir os privilégios do povo, o resultado será a derrubada do poder.

Ele acrescenta que as classes trabalhadoras de toda a Europa conquistaram uma parcela de democracia após a outra, em numerosos conflitos por vezes sangrentos, e em seu empenho por vencer mantêm e ampliam a democracia, e no uso de cada parcela de democracia que conquistam, ao se organizarem, fazerem propaganda e lutarem por reformas sociais, vão crescendo em amadurecimento (Kautsky, 1964: 21).

Pois no início do século XXI, várias mobilizações populares, voltadas principalmente para o controle dos recursos naturais, que contaram com greves, bloqueios de estradas e passeatas que cruzavam as áreas rurais até chegar a La Paz, confrontaram as medidas governamentais calcadas nas recomendações do Consenso de Washington, levando a grande repressão estatal (Cunha Filho, 2008a). Houve no país, apenas entre 2000 e 2006 (período em que se sucederam sete presidentes diferentes), 3.450 conflitos entre movimentos sociais e o Estado, com cerca de 300 mortes, o que supera as vítimas das ditaduras militares na Bolívia (Santoro, 2007).

Um dos ápices foi a “guerra da água”, ocorrida em Cochabamba em 2000. O presidente Hugo Bánzer tentou privatizar o sistema de abastecimento de água, seguindo recomendação do Banco Mundial, vendendo-o para um consórcio formado pelo governo boliviano e empresas da Espanha, da Itália e dos EUA, tendo a estadunidense Bechtel como principal acionista, o que aumentaria os custos para a população em até cerca de 300% (Cunha Filho, 2008a; Santoro, 2007). Os exploradores aumentaram as tarifas e chegaram a proibir o recolhimento da água da chuva para beber, o que praticamente inviabilizou o acesso a esse recurso básico, visto que a maioria dos habitantes da região sobrevive com menos de 1 dólar diário (Santoro, 2007). Em meio aos protestos, foi decretado Estado de Sítio, mas mesmo com a brutal repressão das Forças Armadas – que não foi maior porque a polícia entrou em greve – e as dezenas de mortes, além dos feridos e desaparecidos, os protestos não foram calados e o governo foi forçado a voltar atrás (Cunha Filho, 2008a; Santoro, 2007).

Outra mobilização marcante e de conseqüência profunda foi a chamada “guerra do gás”. A exploração do produto já havia sido privatizada com baixa carga de impostos para as empresas concessionárias, gerando protestos nacionalistas. O estopim da crise foi o anúncio em outubro de

2003 de um projeto para exportar gás para os Estados Unidos utilizando portos chilenos. De uma só vez, o plano desagradava por envolver acordos com os Estados Unidos, detestado por sua política antidrogas de coerção aos plantadores de coca, e o Chile, por quem a Bolívia foi derrotada na Guerra do Pacífico (1879–1884) levando justamente à perda da parte do seu território com acesso ao mar. A repressão aos protestos levou a dezenas de mortos e centenas de feridos, mas mesmo tamanha violência não foi capaz de conter os manifestantes, levando à renúncia do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (Cunha Filho, 2008a; Santoro, 2007).

Os protestos dos movimentos sociais estavam relacionados ao MAS, mas este não era responsável direto por eles (Silva, 2009). Mesmo com toda a violência estatal, várias das medidas do governo foram revertidas em função da pressão popular e, enquanto todos os partidos tradicionais – Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Ação Democrática Nacionalista (ADN) e Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), – perdiam credibilidade e eram igualmente associados a tais políticas amplamente repudiadas, o MAS ganhava projeção e apoio.

Apesar de terem origens diferentes, os partidos tradicionais bolivianos convergiram para a mesma pauta neoliberal nos anos 80 e 90 e tornaram a democracia representativa um mero procedimento vazio ao se revezarem no poder sempre repartindo cargos entre si (o que se chamou de “*cuotéo*”). Na “democracia pactuada”, formada a partir da redemocratização boliviana em 1982, tornaram-se praticamente indiferenciados e malquistos pela maioria da população a ADN, criada pelo ex-ditador Hugo Bánzer, o MIR, fundado em 1971 por Jaime Paz Zamora no exílio em oposição a essa mesma ditadura e que fez parte da Internacional Socialista, e o histórico MNR, nesse período liderado por Sánchez de Lozada mas surgido bem antes, em 1941, por Víctor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo, e que foi o partido da revolução de 1952.

Esse sistema excludente e de baixíssima “responsividade”, em que partidos elitistas adotavam medidas contrárias ao interesse da maioria da população, resultou no próprio esgarçamento do sistema partidário, posto que os partidos se descolaram da sociedade e perderam legitimidade, levando à situação de instabilidade (Taborga, 2005; Guimarães, Domingues e Maneiro, 2005). Os partidos tradicionais seriam os principais responsáveis pela crise em um país com alarmantes indicadores sociais, como 76% da população em situação de pobreza e 50% de pobreza extrema, e taxa de emprego de 13%, sendo cerca de 70% dos empregos baseados em relações semi-assalariadas (Gutierrez e Lorini, 2007).

Com o sucesso nas eleições de junho de 2002, em que Morales foi o segundo colocado na disputa pela presidência, com 20,94% dos votos, muito próximo aos 22,46% do vencedor Sánchez de Lozada, o MAS se tornou segunda força política do país, pouco atrás do MNR, e houve uma profunda transformação na correlação de forças. Tornou-se o segundo partido com mais deputados

e mais senadores, e Evo Morales chegou ao segundo turno da eleição presidencial, quando perdeu para Gonzalo Sánchez de Lozada na votação indireta no Congresso (CNE, 2007; Silva, 2009).

Já na redação do *Programa de Erfurt*, Kautsky (1971) defendia a importância do direito de sufrágio dos trabalhadores. Ele via a política parlamentar – que tem sua própria natureza alterada quando os trabalhadores começam a fazer parte dela – como uma arena da luta de classes sem violência, em que não havia desperdício de tempo e energia de nenhuma das duas partes, pois ambas viam, como em um termômetro, o seu grau de apoio e sua capacidade de avançar nas mudanças ou de freá-las.

Kautsky (1979) diz explicitamente que democracia e socialismo não são o mesmo, ainda que ambos sejam meios para atingir o objetivo, que é a abolição de qualquer tipo de exploração e de opressão, seja contra que grupo ela ocorrer. O socialismo é um meio, compatível com a democracia, que aparentemente é imprescindível para que o objetivo seja alcançado; entretanto, se provassem que outro meio seria melhor para a emancipação do proletariado, dever-se ia abandonar o socialismo, pois ele não é o fim. Por ser a classe mais baixa, o proletariado persegue esse objetivo com a luta de classes, para abolir todas as formas de opressão e exploração, sem o que ele não pode se libertar. Assim, todo oponente da exploração e da opressão deve participar da luta de classes, qualquer que seja a sua classe.

A extrema divisão na Bolívia, entre os trabalhadores e indígenas de um lado, e os latifundiários e grandes empresários brancos do outro, é uma manifestação de um fenômeno de luta de classes. Como os partidos socialistas europeus fizeram com que o conflito econômico de classes penetrasse na democracia representativa, ou, nas palavras de Kautsky (1964: 23), buscaram “transferir a democracia da política para a economia”, o mesmo ocorreu na Bolívia. A disputa parlamentar adquiriu a feição de uma expressão da luta de classes e as lealdades partidárias passaram a refletir divisões de classe. A constituição do MAS transformou a política parlamentar da Bolívia. Quando foi eleita sua primeira bancada parlamentar, a polícia quase impediu que camponesas indígenas (“*cholas*”) eleitas deputadas entrassem na Câmara (Harnecker e Fuentes, 2008). O cenário político mudou, e um grupo excluído passou a ser representado por um partido que rapidamente se tornou majoritário. Nas palavras de Mayorga (2005), o MAS alavancou uma “representação descritiva”, em que “um setor social tende a eleger representantes que reflitam suas próprias características sociais e culturais”: de fato, em 2002, “os camponeses aimarás elegeram representantes aimarás e os cocaleiros de Chapare elegeram seus dirigentes sindicais”.

O MAS ainda continuou apoiando as mobilizações de rua, os bloqueios de estrada e as marchas, mas aumentou a ênfase na estratégia eleitoral, que já nas eleições de 1995, 1997 e 1999 se mostrava viável para os militantes, consolidando o partido (Silva, 2009). O MAS não questionou as regras do jogo e a legitimidade dos processos eleitorais (Mayorga, 2005). A mudança no caráter do

sistema representativo com a ascensão dos partidos socialistas é bem exposta por Kautsky (1971: 188):

Sempre que o proletariado se engaja na atividade parlamentar como uma classe consciente de si, o parlamentarismo começa a mudar seu caráter. Deixa de ser uma mera ferramenta nas mãos da burguesia. Essa participação do proletariado prova ser o meio mais eficiente de agitar as até então indiferentes divisões do proletariado e de dar-lhes esperança e confiança. É a alavanca mais poderosa que pode ser usada para erguer o proletariado de sua degradação econômica, social e moral.

De acordo com Kautsky (1971: 186), a maioria das leis toca os interesses da classe trabalhadora; os trabalhadores, portanto, como qualquer outra classe, devem tentar influenciar as autoridades do Estado. Os grandes capitalistas podem influenciar governantes e legisladores diretamente, mas os trabalhadores só podem fazê-lo via atividade parlamentar. Para isso, tem que aumentar o poder do parlamento e aumentar a influência da classe trabalhadora dentro do parlamento.

Segundo Kautsky (1979: 37), é necessário que “a revolução social se submeta aos princípios de ação da democracia; isto é, que a revolução social não vá além do ponto a que a maioria da massa do povo está determinada a ir”. Para Kautsky, em sua defesa da democracia, só a política pode mostrar se o proletariado já está suficientemente maduro para o socialismo; o povo não estará ainda maduro para o socialismo enquanto as massas estiverem hostis a ele. Kautsky diz que não é possível o socialismo existir sem democracia, porque, na ausência dela, ele não emancipa o proletariado, não cumpre o objetivo final: a meta é a “revolução social”, isto é, uma profunda transformação da sociedade, com a eliminação da opressão e da exploração – e não uma mera troca de quem está no poder, à semelhança das revoluções burguesas e do regime soviético. Essa “revolução social” é necessariamente gradual e lenta, deve ser aceita pela maioria da população e não imposta por uma minoria que se intitule detentora do conhecimento.

Há uma crescente conquista do apoio da população, que amadureceria gradativamente conforme vivenciasse a democracia e se convenceria cada vez mais de que só teria a ganhar com a adesão ao socialismo. De acordo com Waldenberg (1982), não é correto acusar a doutrina de Kautsky de levar a um quietismo, pois ele não defende uma espera passiva do “momento certo” e sim um trabalho contínuo de desenvolvimento da consciência e da organização do proletariado, que levaria a esse momento.

Após a queda de Sánchez de Lozada, o MAS logo defendeu que houvesse a sucessão presidencial, assumindo o vice, de acordo com a lei. Por meio de acordos pontuais, foi o grande responsável pela sustentação do novo presidente, Carlos Mesa, que fez um governo apartidário, trabalhando para evitar as tentativas de golpe por parte da oposição durante 14 meses, até março de 2005. Em troca, Mesa contrariou os Estados Unidos, reduzindo a intensidade da erradicação das

plantações de coca e mantendo 3.200 hectares de cultivo. Quando Mesa acreditou ser capaz de prescindir do MAS e de governar à margem do sistema político, voltou atrás em sua política de tolerância com os plantadores de coca. Logo os protestos populares voltaram a se avolumar e ele renunciou.

A ditadura do proletariado

Em *A ditadura do proletariado*, Kautsky (1979) defende, sem qualquer ambigüidade, a opção pelos meios legais e pacíficos, a menos, é claro, que não se tenha uma democracia ou que os adversários tentem derrubá-la. Aí, a violência é necessária, mas justamente para defender o regime democrático institucional, nunca o contrário. Tanto o estágio da preparação do socialismo como o da sua realização requerem a democracia. O estágio intermediário, da tomada do poder, é a “ditadura do proletariado”, que Kautsky interpreta não literalmente como o regime de governo, mas simplesmente como a vitória democrática esmagadora da maioria, composta pelo proletariado. Kautsky (1964: 47) deixa claro que, depois de conquistado o poder pelos trabalhadores, a democracia deve ser preservada:

Um governo fortemente apoiado pelas massas não tem a menor oportunidade para interferir na democracia. Não pode se abster de usar a força quando ela for empregada para suprimir a democracia. Força só pode ser enfrentada pela força. Mas um governo que sabe que as massas estão por trás dele só usa a força para proteger a democracia, nunca para subvertê-la. Seria cometer suicídio deixar de lado um apoio tão forte como o sufrágio universal, que é uma fonte poderosa de autoridade moral.

Foi o descrédito dos partidos tradicionais que possibilitou que o MAS crescesse tanto e tão rapidamente, ao mesmo tempo em que eles se extinguiram ou encolheram, e muitos de seus políticos emigraram para novas siglas, como o Poder Democrático Social (PODEMOS), que na prática substituiu a ADN, e a Unidade Nacional (UN), que ocupa o lugar do MIR. Iniciou-se a formação de um novo sistema partidário (o qual ainda é pouco institucionalizado e tem o MAS como o partido mais organizado), em que o MNR continuou existindo, mas com tamanho diminuto.

Nas eleições municipais de dezembro de 2004 o MAS já havia se tornado a maior força política, com vitórias importantes, e em 2005 essa posição se sacramentou no nível nacional: Morales se elegeu presidente em primeiro turno, com mais de 1,5 milhão de votos (53.7%). O MAS buscou uma aproximação com os partidos da esquerda tradicional, movimentos urbanos e intelectuais. A votação entre os camponeses indígenas foi esmagadora: 90% dos votos no Chapare e 80% em El Alto (Harnecker e Fuentes, 2008: 13).

O MAS passou a ser majoritário na câmara baixa, com 72 dos 130 deputados. Na câmara alta, tinha pequena minoria, com 12 senadores, contra 13 do PODEMOS, da direita do espectro político boliviano, além de dois senadores mais centristas, um do MNR e outro da UN. O MAS negociava

com ambos para conseguir maiorias *ad hoc* (Mayorga, 2008: 38). A supremacia do MAS sobre a oposição se devia ao fato de que esta era não apenas minoritária na Câmara e na Constituinte, como dividida em todas as esferas. Isso viabilizava que o MAS a dividisse, negociando apenas com parte dela. Apesar de a maioria das *prefecturas* dos departamentos (equivalentes aos governos estaduais no Brasil) estar nas mãos de opositores, eles geralmente não estavam alinhados com os partidos parlamentares de oposição. Assim, os *prefectos* de oposição negociavam e se confrontavam com o governo à revelia das decisões dos partidos opositores no Parlamento e na Assembleia Constituinte (Mayorga, 2008). Acrescenta-se à separação entre a oposição no Legislativo e no Executivo o fato de os opositores não atuarem em uníssono em nenhuma das instituições.

O MAS sempre negociou quando necessário, e se impôs quando tinha maioria. Realizou acordos pontuais com o governo anterior em troca de benefícios para os trabalhadores cocaleiros, e fez oposição a ele quando não foi atendido. Após vencer eleição de 2005, impôs seu programa democraticamente tanto quanto foi possível pelos meios institucionais, em função da correlação de forças. Quando conseguiu maioria parlamentar suficiente, aprovou seu próprio projeto sem concessões. Sempre, foi, portanto, um partido democrático que defende o socialismo dentro da democracia. Morales afirmou em 2004 que o MAS “aposta na democracia, para chegar ao governo mediante o voto e desde ali fazer profundas transformações no Estado, mas de maneira pacífica” (Silva, 2009: 129). No seu discurso de posse em 2006, manteve a mesma linha: “Aqui estamos em uma democracia, e que saibam – sobretudo a comunidade internacional –, como nosso vice-presidente da República dizia em uma conferência, que não queremos mudar a Bolívia com bala, mas com voto, e essa é a revolução democrática.”

A vantagem parlamentar do MAS aumentaria na eleição de 2009. Morales se reelegeu presidente com quase dois terços dos votos, ampliando sua votação em todos os departamentos, inclusive nos dominados pela oposição. Como a partir daquele pleito passou a funcionar na Bolívia um sistema eleitoral misto para a Câmara de Deputados em que metade da lista fechada está atrelada proporcionalmente à votação no presidente, e um sistema proporcional para o Senado⁶ também atrelado a ela, isso significa que o MAS elegeu uma ampla maioria parlamentar nas duas casas (Cunha Filho, 2010).

Zucco (2009: 24) demonstra preocupação com a probabilidade de que a força esmagadora que o MAS adquiriu democraticamente o leve a não incorporar demandas da oposição: “[...] a

⁶ O MAS soube aproveitar sua maioria parlamentar para modificar as regras eleitorais para possibilitar a conquista de uma vantagem no número de parlamentares ainda mais expressiva. De acordo com Zucco (2009: 21), antes cada departamento elegia três senadores, dois deles sendo da lista mais votada no departamento e um da lista segunda colocada. Como a oposição era forte nos dois menores departamentos e tinha presença expressiva, mesmo que minoritária, em todos os demais departamentos, ela conseguiu deixar o MAS apenas como a segunda maior bancada no Senado apesar de ele ter obtido maior número de votos em termos nacionais. Pelas novas regras, o MAS teria conseguido quase 60% das cadeiras no Senado com essa mesma votação.

confirmação dessa situação acarretaria o descrédito de qualquer oposição legislativa, e deixaria os comitês cívicos e as lideranças regionais do oriente como únicas possibilidades de oposição, o que seria uma situação potencialmente explosiva.”

A preocupação, portanto, não é com uma postura antidemocrática do MAS, visto que ele conquistou maioria não apenas democraticamente como por um sistema eleitoral consideravelmente proporcional⁷. A preocupação é com o risco de, diante da incapacidade da oposição de, institucionalmente, impor limites ao governo, que ela venha a fazê-lo extra-institucionalmente. Tal situação, no entanto, não está relacionada a uma atitude antidemocrática do MAS, e sim à debilidade da oposição para se apresentar como uma força suficientemente atraente para o eleitorado nas eleições presidenciais-parlamentares a ponto de ser capaz de fazer frente ao governo.

Morales ameaçou usar decretos para impedir que a oposição no Senado boliviano, minimamente majoritária, mantivesse a tática de atrasar a de projetos de lei aprovados na Câmara dos Deputados, que tinha ampla maioria governista, (Mayorga, 2008: 35). O presidente usou decreto também para redistribuir recursos provenientes dos hidrocarbonetos das administrações departamentais para as municipais. Além disso, o governo encorajou a aprovação da lei da Renda Universal da Velhice, que estabelecia o uso de 30% do total desses recursos (totalmente excluídos apenas os destinados à previdência e às universidades) ao pagamento de uma renda mensal para as pessoas de terceira idade. Essas duas medidas enfraquecem a arrecadação dos departamentos, nos quais se concentra parte importante da oposição ao governo (Mayorga, 2008).

O governo do MAS conseguiu a “vitória esmagadora nas urnas” que Kautsky associava à ditadura do proletariado. Tal conquista visava a promover profundas transformações na Bolívia, o que pode ser entendido como a implementação do socialismo. É natural que haja reação por parte das forças conservadoras, e esta era justamente a previsão de Kautsky. O MAS seguiu trabalhando para debilitar as restrições às transformações.

Além do uso dos decretos, Morales convocou um referendo sobre a revogação dos mandatos do presidente da República e dos *prefectos* dos departamentos como forma de resolver nas urnas a crise entre o Estado e os departamentos opositoristas, apesar de a Constituição então vigente não prever essa instituição (Mayorga, 2008). A medida, no entanto, foi aprovada não apenas na Câmara, que tem maioria governista, como, muito tempo depois, também no Senado, com o apoio do próprio PODEMOS (Cunha Filho, 2008b). A maioria dos *prefectos*, por sua vez, ameaçou com “desacato” e “desobediência civil” caso fosse aprovada uma Constituição contrária a seus interesses e caso houvesse o decreto presidencial e uma lei que reduzisse sua arrecadação de impostos.

⁷ A maioria dos governos majoritários de partido único no mundo consegue isso devido ao uso de um sistema desproporcional, conquistando o que se chama de “maioria manufaturada, como, por exemplo, quase sempre é o caso do Reino Unido (Reis, 2006). O MAS conseguiu maioria parlamentar por ter maioria dos votos, sem qualquer distorção desse tipo.

Além disso, a oposição na Assembleia Constituinte gastou todo o tempo discutindo procedimentos de modo a não elaborar a nova constituição, extrapolando o prazo máximo de um ano. Militantes e políticos opositores bloquearam o Teatro Gran Mariscal Sucre para a entrada dos governistas, e estes reuniram a assembleia sem a presença da oposição em um quartel militar e votaram um esboço do texto da constituição. Um mês depois, em dezembro de 2007, houve a votação do texto final e, novamente, a oposição se ausentou; sem o quórum de dois terços dos 255 membros necessários, o governo reinterpreto o regimento interno e considerou como suficiente a aprovação de dois terços dos membros presentes (Zucco, 2008; Cunha Filho, 2008b).

Evo Morales era criticado por membros das Forças Armadas inclusive por não utilizar a polícia e o Exército e por não decretar Estado de Sítio, que eram suas prerrogativas constitucionais como presidente, para revidar nos “momentos em que a oposição claramente abusava do direito a protestar e beirava violações aos direitos humanos” (Cunha Filho, 2008b: 12). Essa situação mudou especialmente após o “massacre de Porvenir”, em 11 de setembro de 2008, quando 16 camponeses foram assassinados em uma passeata pró-governo por pistoleiros supostamente contratados pelo então *prefecto* do Departamento de Pando (Cunha Filho, 2008b).

A emancipação dos trabalhadores

Para Kautsky (1971), qualquer tutela, mesmo que com a concordância do tutelado, como o poder ditatorial dos jesuítas sobre a população indígena no Paraguai colonial, é um poder ditatorial. Uma classe que luta por liberdade não pode ver um sistema de tutela como seu objetivo, mas deve rejeitá-lo veementemente. O socialismo moderno não é só uma organização social da produção, mas é também uma organização democrática da sociedade, estando ele inseparavelmente conectado com a democracia. A solução de Blanqui e de Weitling, de ter uma administração composta por uma equipe educada para governar e organizar o proletariado ignorante e desmoralizado, não é muito diferente do jesuitismo no Paraguai. Weitling queria uma ditadura de uma pessoa, um Messias, que liderasse um exército para implementar o socialismo.

O MAS não tenta tutelar os camponeses e movimentos sociais. Isso ocorria na Bolívia na época seguinte à Revolução de 1952, quando o MNR promoveu um modelo de “cidadania tutelada”, mas não é o caso do governo de Morales e de seu partido (Santoro, 2007). Como não há cooptação e nem controle partidário sobre o movimento social, Mayorga (2008: 32) considera que há uma “coalizão instável”, de modo que o apoio cessa se o governo não atende às demandas; Mayorga inclusive observa que o partido faz consultas sobre suas decisões em atos públicos organizados como sessões de avaliação da gestão governamental e em assembleias sindicais. O Crisis Group (2005: 7), que está longe de defender o MAS, apresenta uma explicação sobre sua

atuação junto aos movimentos sociais que não dá margem a dúvidas sobre a autonomia destes e sobre a forma não verticalizada como se dá sua mobilização pelo partido:

Com dificuldade, mas efetivamente, o MAS coordena as demandas dos principais movimentos sociais: camponeses (CSUTCB), indígenas (CIDOB), cocaleiros (federações de cocaleiros na tropical Cochabamba), mineiros (cooperativas de mineração), setores urbanos de base (Comitê de Defesa da Água de Cochabamba) e associações de moradores (FEJUVE na cidade de El Alto). Ultimamente tem atraído também intelectuais e profissionais de classe média.

Considerações finais

O presente trabalho procurou demonstrar que a trajetória do MAS na Bolívia, desde sua criação pelos próprios trabalhadores até sua esmagadora vitória nas urnas, em que conseguiu a maioria para impor profundas transformações na estrutura econômico-social boliviana, é um caso bastante aplicável à concepção kautskiana de luta de classes e ditadura do proletariado.

Em função da grande densidade organizativa dos movimentos sociais bolivianos, e de sua permanente agitação, não há o risco de uma situação de tutela por parte do MAS, tal como ocorrera com o MNR após a revolução de 1952, e nem de um messianismo no estilo pregado por Weitling e repudiado por Kautsky, apesar do papel central desempenhado por Evo Morales ao longo de todo o processo.

O desafio para o MAS é conseguir avançar nas transformações do país. O nível de pobreza da maior parte da população, o fraco desenvolvimento técnico da produção no país e a sua dependência econômica externa – apesar de esta ter se tornado menos extrema após a nacionalização dos hidrocarbonetos – tornam o caminho longo e penoso. O governo avançou em programas de redistribuição de renda que atendem cerca de dois milhões de pessoas:

Parte dos recursos gerados pela nacionalização dos hidrocarburetos em 2006 tem sido utilizada em programas de transferência e redução de pobreza. Destes, o *Bono Juancito Pinto*, que anualmente beneficia o 1,8 milhão de alunos matriculados no primeiro grau da rede pública e filantrópica com Bs. 200 (cerca de US\$ 30), é o maior. Outro programa importante é o *Renta Dignidad* (que a partir de janeiro de 2008 ampliou e substituiu o antigo *Bono solidario*), que beneficia quase 700 mil idosos maiores de 60 anos. Este programa distribui cerca de US\$ 340 para idosos que não recebem pensão, e $\frac{3}{4}$ deste valor para os demais. Por fim, a partir de 2009 o governo começou também com o *Bono Familia*, que consiste na entrega de Bs. 100 (14 dólares) para as cerca de 400 mil famílias com um filho menor, e mais Bs. 25 por cada filho adicional até quatro, com a única exigência de que os pais se comprometam a utilizar o dinheiro para alimentação (Zucco, 2009: 15).

O governo conseguiu resistir à pressão antiinstitucional reacionária na região Media Luna, no leste do país, especialmente de Santa Cruz de la Sierra. Superada a fase mais aguda de confrontos com os latifundiários, no entanto, surgiram outros desafios. Em 26 de dezembro de 2010, o presidente Evo Morales emitiu o decreto supremo 748, que elevava os preços da gasolina e do diesel em até 83%, ao eliminar uma subvenção aos combustíveis que já existia havia 12 anos no

país. A medida ficou conhecida como “gasolinaço” e levou ao maior nível de protestos populares contra o governo Morales, que voltou atrás e revogou o decreto apenas cinco dias depois.

Em setembro de 2011, o governo enfrentou novos protestos, em função da construção de uma rodovia, iniciada em agosto, que poderia passar por dentro de uma reserva florestal, o Território Indígena Parque Nacional Isidoro Sécore (TIPNIS). Apesar de o governo negar que esteja definido o percurso da estrada, que ele considera fundamental para o desenvolvimento do país, os manifestantes, mobilizados pela Central Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), querem impedir a construção do segundo trecho da estrada, que vai da Villa Tunari, no departamento de Cochabamba, no centro do país, até San Ignacio de Moxos, no departamento de Beni.

A mobilização começou com uma marcha que partiu em 15 de agosto de Trinidad, no departamento de Beni, até a capital La Paz. Cerca de 500 policiais reprimiram os protestos com gás lacrimogêneo, e a ministra da Defesa, Cecilia Chacón, renunciou ao cargo. O governo decidiu, então, suspender as obras e anunciou que convocará um plebiscito nos dois departamentos afetados. A posição do governo é a de que os manifestantes foram radicais e se recusaram a dialogar para que fosse definido, em conjunto, o traçado da estrada. Na região vivem cerca de 13 mil pessoas, segundo as estimativas, e os manifestantes julgam que a construção afetaria o ecossistema e prejudicariam várias de suas atividades, como as plantações e a pesca, e acusam o governo de fazer isso para favorecer a exportação de coca da região do Chapare, em Cochabamba, reduto político de Evo Morales.

Soma-se a esses protestos uma perda de apoio urbano para outro partido, o Movimento Sem Medo (MSM), e críticas, ambientalistas, de que estaria abandonando a defesa da Pachamama (Mãe Terra) para aderir a um desenvolvimentismo destrutivo ou, à esquerda, de não estar rompendo com o modelo capitalista.

Nos termos kautskianos, tanto o estágio da preparação do socialismo – com o convencimento dos setores excluídos da população de que o projeto socialista é viável e de que a via democrática é efetiva – como a ditadura do proletariado (a vitória esmagadora nas urnas) estão avançados. Os dois estágios não são, no entanto, eventos instantâneos e nem mesmo lineares, mas processos cheios de contradições e complexidades, cujos níveis de avanço variam de caso para caso, de elemento para elemento. A terceira fase, a da realização do socialismo, portanto, está mais incipiente e há questionamentos se efetivamente começou. Mais difícil de refutar, no entanto, é o fato de que a Bolívia não é o mesmo país desde a ascensão e o triunfo do MAS.

Referências

CASTAÑEDA, Jorge G. (2006). “Latin America's Left Turn”. *Foreign Affairs*, vol. 85, nº 3, pp. 28-43.

- CNE (2007). “25 años de evolución electoral en Bolivia”. *Boletín Estadístico* 7, novembro. Disponível em <http://www.cne.org.bo/centro_doc/bol_estadistico/bol_est7_III.pdf>.
- CRISIS GROUP (2005). “Bolivia en la encrucijada: las elecciones de diciembre”. *Informe sobre América Latina* 15, Bogotá e Bruxelas, dezembro. Versão em inglês disponível em <<http://www.crisisgroup.org/en/regions/latin-america-caribbean/andes/bolivia/015-bolivia-at-the-crossroads-the-december-elections.aspx>>.
- CUNHA FILHO, Clayton M. (2008a). *Evo Morales e a encruzilhada boliviana: Reforma, reação e mobilização social*. Trabalho apresentado no IV Congresso ALACIP, San José da Costa Rica.
- ___ (2008b). “2008, o ano da virada de Evo Morales?”. *Observador On-line – Observatório Político Sul-Americano* vol. 3, nº 12, dezembro. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/49_observador_topico_Observador_v_3_n_12.pdf>.
- ___ (2010). “O novo mapa político boliviano: uma interpretação a partir dos últimos resultados eleitorais”. *Observador On-line – Observatório Político Sul-Americano* vol. 5, nº 6, junho. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/68_observador_topico_Observador_v_5_n_6.pdf>.
- GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María (2005). “Bolívia – A história sem fim”. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano* 5, abril. Disponível em <http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir_tema_debate.asp?Id_sub_debate=15&Id_debate=4>.
- GUTIERREZ, Carlos Jahnsen e LORINI, Irma (2007). “A trilha de Morales: Novo movimento social indígena na Bolívia”. *Novos Estudos - CEBRAP*, 77, março.
- HARNECKER, Marta e FUENTES, Federico (2008). *MAS-IPSP de Bolivia: Instrumento político que surge de los movimientos sociales*. Disponível em <<http://www.rebellion.org/docs/67155.pdf>>.
- KAUTSKY, Karl (1971). *The Class Struggle: Erfurt Program*. Nova York, W. W. Norton & Company.
- ___ (1964). *The Dictatorship of the Proletariat*. Michigan, The University of Michigan Press.
- ___ (1979). “A Ditadura do Proletariado”. In: K. Kautsky e V. I. Lenin. *Kautsky: a ditadura do proletariado; Lenin: a revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- LANZARO, Jorge (2007). “Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia – Una tipología para avanzar en el análisis comparado”. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano*, 12, dezembro. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/40_analises_AC_n_12_dez_2007.pdf>.
- ___ (2006). *La “tercera ola” de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y la social democracia: Aportes para una agenda de investigación*. Manuscrito.
- LENIN, Vladimir I. (1979). “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”. In: K. Kautsky e V. I. Lenin. *Kautsky: a ditadura do proletariado; Lenin: a revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- LUNA, Juan Pablo (2007). *The Rise of the Left and Latin American Party Systems*. Trabalho apresentado no workshop “Left Turns? Progressive Parties, Insurgent Movements, and Policy Alternatives in Latin America”, em Vancouver.

- MANIN, Bernard (1989). “Démocratie, pluralisme, libéralisme”. In: Alain Bergounioux e _____. *Le régime social-démocrate*. Paris, Presses Universitaires de France.
- MAYORGA, Fernando (2008). “El gobierno de Evo Morales: Cambio político y transición estatal en Bolivia”. In: Yusuke Murakami (ed.). *Tendencias políticas actuales en los países andinos*. Kyoto, CIAS. Discussion Paper 5. Disponível em <<http://www.cias.kyoto-u.ac.jp/files/Image/pdf/ciasdp05.pdf>>.
- MAYORGA, René Antonio (2005). “La Crisis del Sistema de Partidos Políticos en Bolivia: Causas y Consecuencias”. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies* vol. 30, nº 59, pp. 55-92.
- MORALES AYMA, Juan Evo (2006). Discurso de posse no Congresso Nacional da Bolívia, em La Paz, 22 de janeiro. Disponível em <<http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=9>>.
- ORELLANA AILLÓN, Lorgio (2006). *El Gobierno del MAS no es nacionalista ni revolucionario: Un análisis del Plan Nacional de Desarrollo*. La Paz, CEDLA. Disponível em <http://www.cedla.org/system/files/coyuntura_13.pdf>.
- PINTO, Darwin e NAVIA, Roberto (2007). “Político”, in _____. ... *Un tal Evo*. Santa Cruz de la Sierra, Editorial El País, pp. 162-170.
- PRZEWORSKI, Adam (1989). “A social-democracia como um fenômeno histórico”. In: _____. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- REIS, Guilherme Simões (2006). *Coalizões majoritárias ou governos minoritários em um Reino Unido com eleições proporcionais*. Trabalho apresentado no Segundo Seminário de Sociologia e Política (IUPERJ), no Rio de Janeiro.
- ____ e VIEIRA, Soraia Marcelino (2009). *Left-Wing Populists in Latin America?: An Analysis of the Chávez and Morales Governments*. Trabalho apresentado no 21º Congresso Mundial de Ciência Política, em Santiago do Chile.
- SALVADORI, Massimo L. (1982). “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”. In: Eric J. Hobsbawm *et alii*. *História do Marxismo 2: O Marxismo na Época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTORO, Maurício. 2007. “A outra volta do bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 – 2006)”. In: M. Santoro et al. *Prêmio América do Sul – 2006: Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasília, Funag, Ipri.
- SELIGSON, Mitchell A. (2007). “The Rise of Populism and the Left in Latin America”. *Journal of Democracy*, vol. 18, nº 3, pp.81-95.
- SILVA, Fabricio Pereira da (2009). *Vitórias na crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Tese de doutorado em Ciência Política defendida no IUPERJ, Rio de Janeiro.
- SIVAK, Martín (2008). *Jefazo: Retrato íntimo de Evo Morales*, Buenos Aires, Debate, 2ª ed.
- STEFANONI, Pablo (2010). “Bolivia después de las elecciones: ¿a dónde va el evismo?”. *Nueva Sociedad*, nº 225, janeiro-fevereiro.
- TABORGA, Juan Ramón Quintana (2005). “Bolivia, entre la crisis y el caos: ¿Existe una salida negociada?”. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-Americano* 11, outubro. Disponível em <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/12_analises_bolivia-entre%20a%20crisis%20y%20el%20caos.pdf>.
- WALDENBERG, Marek (1982). “A estratégia política da social-democracia alemã”. In: Eric J. Hobsbawm *et alii*. *História do Marxismo 2: O Marxismo na Época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

WEYLAND, Kurt (2009). "The rise of Latin America's two lefts: Insights from rentier state theory". *Comparative Politics*, vol. 41, nº 2, pp. 145-64.

ZUCCO, Jr., Cesar (2008), "Bolívia: Política doméstica e inserção regional". *Estudos e Cenários - NECON*, agosto. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/estudos/5_estudosecenarios_Estudos_e_Cenarios_Zucco.pdf>

___ (2009). "O Legislativo no Conflito Político Boliviano". *Papéis Legislativos*, vol. 3, nº 1. Disponível em <<http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/papeis/papis%20legislativos%20abr%20%202009.pdf>>.